

Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico e Modernização na Cidade de São Paulo

Manoel Tosta Berlinck e Youssef Cohen***

1. Introdução. 2. O Caso Brasileiro. 3. Resumo e Conclusões.

Este trabalho visa a provocar uma discussão em torno de alguns efeitos promovidos pelo processo de industrialização que atinge a economia brasileira. A discussão será orientada pela pergunta: *Tôdas as camadas sociais da população brasileira estão sendo igualmente favorecidas pelas mudanças socioeconômicas que estão em curso nesta sociedade?*

A resposta a esta indagação possui significados tanto teóricos como práticos.

Do ponto de vista teórico, ela pretende sugerir uma distinção entre os conceitos de desenvolvimento, crescimento e modernização que, muitas vezes, são confundidos na literatura especializada sobre o assunto.¹

Do ponto de vista prático, ela pretende examinar empiricamente a questão do benefício das mudanças socioeconômicas. Em outras pa-

* Professor-Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

** Aluno do Curso de Graduação e Administração de Empresas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

¹ Veja, por exemplo, McCLELAND, David C. *The Achieving Society*, Nova Iorque, D. Van Nostrand, Co., 1961. BUCHANAN, Norman S. & ELLIS, Howard S. *Approaches to Economic Development*, Nova Iorque, The Twentieth Century Fund, 1955.

lavras, diversos estudiosos contemporâneos têm sugerido que o processo de industrialização e outras mudanças concomitantes que vêm ocorrendo em países subdesenvolvidos não atingem a população de tais países, de maneira homogênea.² Tal sugestão, entretanto, requer comprovação empírica sistemática.

Nem sempre os que analisam o desenvolvimento econômico estabelecem uma distinção clara e precisa entre os três conceitos acima referidos. Para eles, o desenvolvimento significa (ou é medido) pelo aumento persistente da renda real de uma economia.³ Tal aumento, raciocinam esses autores, promove, automaticamente, uma maior riqueza da população que, por sua vez, é causa ou ocorre concomitantemente com mudanças nos hábitos, atitudes e valores da população.

Outros autores sugerem, entretanto, que o aumento persistente da renda real de uma economia pode beneficiar certos segmentos da população e não atingir outros. Basta, raciocinam eles, que tal aumento ocorra através de mecanismos concentradores de renda.⁴

Ora, essa discordância sugere que se deve estabelecer uma distinção entre o processo de aumento da renda real e os possíveis efeitos de tal processo.

Portanto, neste trabalho, *crescimento econômico* significa um *aumento persistente da renda real de uma economia*. Entende-se, também, que tal aumento não afetará, necessariamente, o padrão de vida da população como um todo. Ao contrário, os efeitos de tal aumento são problemáticos e devem ser investigados empiricamente.

Quando o aumento da riqueza nacional atinge todos os segmentos da população de maneira homogênea ou quando beneficia uma parcela substancial da população, entende-se que há desenvolvimento econômico. Em outras palavras, adotar-se-á a definição de SINGER para desenvolvimento econômico. Segundo este autor:

“Desenvolvimento econômico, no sentido que se dá mais comumente a esta expressão, é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país. Este processo consiste principalmente:

² FRANK, A. Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1967.

³ LEWIS, W. Arthur. *The Theory of Economic Growth*, Homewood, Richard D. Irwing Inc. 1955, faz essa distinção. Entretanto, a maioria dos economistas a ignora. Veja BUCHANAN, Norman S. & ELLIS, Howard S. *Op. cit.*, 1955.

⁴ FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

a) numa nova divisão de trabalho entre cidade e campo, ou seja, na concentração na primeira de todos (ou quase todos) ramos manufatureiros, restando no campo apenas atividade agrícola, na qual se especializa aquela parte da população que ali permanece;

b) na aplicação, tanto às atividades transferidas à cidade como à agricultura, da tecnologia criada pela Revolução Industrial e, a partir dela, aperfeiçoada.

No processo de desenvolvimento, assim definido, já se acham implícitos os fenômenos socioeconômicos que necessariamente o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, *melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural, elevação de seu nível cultural etc.*" (p. 30)⁵

Finalmente, modernização será definida aqui como o processo pelo qual "... são introduzidos numa sociedade os produtos quer materiais (bens e mercadorias), quer sociais (hábitos, valores, formas características de comportamento, enfim, modos de pensar, sentir e agir) da Revolução Industrial ocorrida noutros países ou regiões, sem que estes produtos resultem diretamente de um processo interno de desenvolvimento da sociedade em questão" (p. 22).⁶

Percebe-se, portanto, que o processo de modernização não implica, necessariamente, em crescimento econômico ou na melhoria das condições de vida da população de um país. Há diversos exemplos de sociedades (Paraguai, Peru, Venezuela, Arábia Saudita, etc.) cujas economias continuam a *básicamente* produzir bens para o mercado externo não promovendo condições que causariam seu desenvolvimento econômico.

A distinção entre êsses conceitos sugere, portanto, que para haver desenvolvimento deve haver crescimento econômico. O inverso, entretanto, não é necessariamente verdadeiro.

⁵ SINGER, Paul I. *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. Alguns outros autores definem *desenvolvimento econômico* de maneira semelhante. Veja VINER, Jacob. *The Economics of Development*, AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (eds.). *The Economics of Underdevelopment*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1966, p. 9 a 31.

⁶ BAZZANELLA, Waldemiro. *Industrialização e Urbanização no Brasil, América Latina*, Ano II, n.º 1, 1963, p. 3 a 27. Esta definição é utilizada por diversos sociólogos. Veja LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

Modernização, por sua vez, refere-se a dimensões extra-econômicas da mudança social e implica na transformação do comportamento social de uma população.

2. O caso brasileiro

Tendo-se essas distinções teóricas em mente pode-se realizar, agora, a análise do caso brasileiro.

2.1. DADOS QUE DEMONSTRAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Não há dúvidas que a economia brasileira vem apresentando um persistente aumento de renda. Tal aumento pode ser verificado através dos dados fornecidos pela Tabela 1.

TABELA 1: *Produto Interno e Produto Nacional Bruto*
(A Preços de 1953)
1947/1966

Ano	P.I.B. a Preços de 1953 (milhões de NCr\$)	P.N.B. a Preços de 1953 (milhões de NCr\$)	Taxa de Crescimento do Produto Real (%)
1947	309,6	300,5	—
1948	338,9	326,1	9,5
1949	357,9	343,3	5,6
1950	375,8	377,9	5,0
1951	395,0	397,3	5,1
1952	417,3	415,8	5,6
1953	430,7	427,1	3,2
1954	463,9	470,7	7,7
1955	495,4	491,7	6,8
1956	504,8	500,0	1,9
1957	539,6	537,0	6,9
1958	575,2	572,0	6,6
1959	617,2	608,9	7,3
1960	658,6	645,4	6,7
1961	706,7	693,4	7,3
1962	744,8	727,1	5,4
1963	756,7	744,4	1,6
1964	780,2	770,5	3,1
1965	809,9	798,2	3,9
1966	845,8	826,1	4,4

FONTE: Diagnóstico do Programa Estratégico do Desenvolvimento — 1968 — 1970 — III-4, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — IPEA, janeiro de 1969.

Esta tabela indica que o Produto Real cresceu, em média, 5,4% no período 1947/1966.

Tal crescimento deve-se, em grande parte, ao processo de industrialização por substituição de importações que atinge a economia a partir da década dos anos 30.⁷

Ora, essa mudança de uma economia colonial, basicamente agrária, para uma economia que se industrializa sugere a existência de uma nova divisão de trabalho entre cidade e campo que indica a existência de desenvolvimento econômico.

2.2. DADOS QUE DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE UMA NOVA DIVISÃO DO TRABALHO NA ECONOMIA BRASILEIRA

De fato, o exame dos dados fornecidos pela Tabela 2 sugerem que há uma crescente participação da produção industrial na economia brasileira.

TABELA 2: *Participação da Produção Industrial no PIB, para os Anos 47, 50, 60 e 66*

Ano	% PIB
47	17,8
50	20,4
60	28,2
66	29,2

Fonte: A Industrialização no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas, in *Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970*, p. 72. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — IPEA, janeiro de 1969.

Ora, tal aumento de participação significa que uma crescente parcela da população economicamente ativa vem se dedicando às atividades secundárias e terciárias. Essa inferência é confirmada pelos dados fornecidos pela Tabela 3.

Essas informações indicam que está havendo uma transferência de mão-de-obra para o setor não-agrícola da economia que, por sua vez, indica a ocorrência de uma nova divisão do trabalho.

⁷ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura, S.A., 1963.

TABELA 3: *Modificação da Estrutura Ocupacional do Brasil*
1940 — 1960

Atividade	1940	1950	1960*
Agrícola	70%	61%	50%
Não Agrícola	30%	39%	50%

* Estimativa 39%.

Fonte: NEIVA, Artur Hehl. *The Population of Brazil*, in STYCO, J. Mayom & ARIAS, Jorge. *Population Dilemma of Latin America*, Washington, D. C., Potomac Books, Inc., Publishers, 1966, p. 45.

Essa nova divisão do trabalho que provoca e/ou ocorre concomitantemente com o processo de urbanização e com a melhoria dos meios de comunicação tem provocado mudanças de comportamento na população. Essas mudanças de comportamento, claramente demonstradas por JUAREZ R. BRANDÃO LOPES, são, em última análise, indicativas da existência de modernização, na sociedade brasileira.⁸

Resta saber, entretanto, se essas transformações provocam uma melhoria das condições de vida da população; se promovem, em suma, desenvolvimento econômico.

2.3. HÁ DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL?

Seria ingênuo afirmar-se que todos êsses fenômenos não provocaram modificações nas condições de vida dos brasileiros.

Entretanto, todos se beneficiaram igualmente com essas transformações?

Aqui, as provas empíricas indicam que tal fato não vem ocorrendo. A Tabela 4 fornece uma possível distribuição da renda pela população brasileira.

Esta tabela sugere que 50% da população possuem uma renda *per capita* próxima de um nível de subsistência. Sugere, também, que a renda total de 50% da população é igual à renda total de 1% dessa mesma população. Tais dados são indicativos de forte tendência à concentração de renda, na sociedade brasileira.

⁸ BRANDÃO LOPES, Juarez R. *Op. cit.*, 1968.

TABELA 4: *Distribuição da Renda pela População Brasileira*

% da População	População (1.000 Hab.)	Renda Per Capita (dólares)	Renda Total (1.000 dólares)	% da Renda Total
50%	45.000	130	5.850	19
40%	36.000	350	12.600	40
9%	8.100	880	7.128	22
1%	900	6.500	5.850	19
100%	90.000	350	31.428	

Fonte: FURTADO, Celso. *Um Projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968, p. 38.

Entretanto, pode-se argumentar que os dados fornecidos por esta tabela são nulos pois ela foi construída como uma hipótese de trabalho a partir de informações fornecidas pela CEPAL.

Dessa forma, a Tabela 4 é apresentada aqui apenas como uma possível situação da sociedade brasileira, em 1967, e ela requer outras informações para ser confirmada ou não.

A Tabela 5 contém informações sobre o crescimento da população total e o crescimento da população inativa para os anos de 1940, 1950 e 1960.

Verifica-se, através destas informações, que a porcentagem de população inativa cresceu de, aproximadamente, 4% nos vinte anos intercensitários. Considerando-se que houve um aumento na renda real durante êsse mesmo período, pode-se deduzir que o crescimento econômico brasileiro vem ocorrendo com uma concentração de renda.

Entretanto, ainda aqui se poderia argumentar que os dados apresentados na tabela anterior são demasiadamente grosseiros. Poder-se-ia argüir que a porcentagem de pessoas inativas de 10 anos e mais cresce porque o setor educacional se desenvolve, melhoram e se ampliam os serviços de assistência pública etc... Impõe-se, por êste motivo, um refôrço dêstes dados. A Tabela 6 diminui ainda mais essas dúvidas. Ela fornece outro tipo de indicador sobre o processo de concentração

TABELA 5: *Ramo de Atividade, nos Censos de 1940, 1950 e 1960*

Ramo de Atividade	Pessoas presentes de 10 anos e mais					
	Números Absolutos			% Sôbre o Total		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Agricultura, pecuária e silvicultura	9.453.512	9.886.934	11.697.798	32,56	27,04	23,99
Indústrias extrativas	390.560	482.972	573.443	1,34	1,32	1,18
Indústrias de transformação	1.137.356	1.608.309	2.069.962	3,92	4,40	4,25
Indústrias de construção	262.700	584.644	785.014	0,90	1,60	1,61
Comércio de mercadorias	749.143	985.509	1.520.046	2,58	2,62	3,12
Transportes, comunicações e armazenagem	500.184	697.089	1.088.798	1,72	1,91	2,23
Prestação de serviços	1.437.320	1.672.802	2.732.148	4,95	4,58	5,60
Outras Atividades	827.823	1.226.103	2.184.054	2,85	3,35	4,48
Condições Inativas	14.279.251	19.440.628	26.110.204	49,18	53,18	53,54
TOTAIS	29.037.849	36.557.990	48.761.467	100,00	100,00	100,00

I.B.G.E.: *Censo Demográfico: Resultados Preliminares*, Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Recenseamento, série especial, 1965, vol. II.

de renda. Sendo o setor secundário o que apresenta maiores taxas de crescimento econômico anuais durante o período 49-50, a Tabela 6 mostra como o pêso relativo dos salários sôbre o valor crescente da produção vem se comportando.

Essas informações indicam que o pêso relativo dos salários — tanto sôbre o valor da produção como sôbre o valor da transformação industrial — vem diminuindo paulatinamente.

Pode-se concluir, portanto, a partir desta tabela que os assalariados industriais aumentaram sua capacidade produtiva sem haver um aumento correspondente de seus salários.

Fica demonstrado, com as tabelas anteriores, que o crescimento econômico brasileiro dá-se ao lado de um crescente desemprego e de um processo de crescente concentração de renda.

TABELA 6: *Brasil: Indústria de Transformação*
Pêso Relativo dos Salários sôbre o Valor da Produção

Anos	Salários	Salários
	Valor da Produção em %	Valor da Transformação industrial em %
1955	14,4	32,9
1956	14,2	31,8
1957	14,5	32,4
1958	13,3	29,8
1962	12,7	28,0
1963	12,5	25,8
1964	12,4	25,3
1965	11,9	24,4

Fonte: CANO, Wilson. *Industrialização e Absorção de Mão-de-Obra no Brasil, Indústria e Produtividade*, junho de 1968, Ano 1, n.º 1, p. 90.

Ora, se há crescimento, alguém deve estar se beneficiando com tal processo. A pergunta que se coloca em seguida é portanto: quem se beneficia com o crescimento econômico brasileiro?

Para se responder esta indagação é necessário que se diga que os beneficiários do crescimento econômico são aqueles que se movem ascendentemente no sistema de estratificação social de uma sociedade. Para se identificar os beneficiários do desenvolvimento basta, portanto, que se determine quem é ascendentemente móvel no sistema de estratificação social.

2.4. QUEM SE BENEFICIA COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO?

A fim de se responder esta indagação, uma pesquisa foi realizada na cidade de São Paulo durante 1967.⁹

São Paulo é a cidade brasileira que mais cresceu do ponto de vista econômico, durante as últimas três décadas. Ela constitui, portanto, um caso extremo que permite generalizações, ainda que provisórias, para o caso brasileiro.

⁹ BERLINCK, Manoel T. *The Structure of the Brazilian Family in the City of São Paulo*, Ithacca, N.Y., Cornell University, Latin American Studies Program Dissertation Series, 1969.

Nesta pesquisa foram entrevistadas 461 famílias em diferentes bairros do município da capital.¹⁰

A amostra foi classificada em camadas socioeconômicas usando-se informações a respeito da ocupação atual do marido (em 1967) e o prestígio de tais ocupações baseado na escala de prestígio de ocupações desenvolvida por HUTCHINSON e modificada por GOUVEIA.¹¹

Levando-se em conta que mobilidade social é um fenômeno complexo e que nem sempre existe uma correspondência entre o prestígio de uma ocupação e a renda que ela proporciona, poder-se-ia argumentar que a medida de nível socioeconômico adotada neste trabalho é grosseira demais e que, portanto, ela não possui qualquer correspondência com a realidade. Tal argumento, se aceito, invalidaria qualquer conclusão obtida a partir da análise desta pesquisa.

Ocorre, entretanto, que seis medidas de nível socioeconômico foram inicialmente utilizadas na pesquisa e a Tabela 7 apresenta uma matriz de correlação de PEARSON entre essas medidas.¹²

Levando-se em consideração os resultados relativamente altos desta matriz, uma opção entre três alternativas deveria ser feita. A primeira seria a de se utilizar uma das seis medidas como indicador do nível socioeconômico da amostra. A segunda seria a de se compor um índice a partir de tais medidas utilizando-se uma técnica de análise fatorial. A terceira seria a de se compor, também, um índice a partir de tais medidas utilizando-se uma técnica de análise de regressão por etapas.

Como tôdas as alternativas apresentavam vantagens e desvantagens, decidiu-se adotar a primeira.

Essa decisão foi baseada, em primeiro lugar, no fato de que tal medida apresenta correspondência — tal como a Tabela 7 indica — com a renda mensal da família entrevistada; e, em segundo lugar, porque a técnica de construção da escala de prestígio das ocupações levou em

¹⁰ BERLINCK, Manoel T. *Op. cit.*, 1969.

¹¹ HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e Trabalho: um Estudo na Cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1966. GOUVEIA, Aparecida Joly. *Escala Ocupacional*, São Paulo, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1966.

¹² Para uma explicação minuciosa a respeito da construção desses índices, veja, BERLINCK, Manoel T. *Op. cit.*, 1969.

TABELA 7: *Matriz de Correlação de Pearson Entre Seis Medidas de Nível Socioeconômico*

	Avaliação da provisão de classe da entrevistadora	Prestígio da ocupação do marido	Nível educacional da entrevistada	Nível educacional do marido	Renda mensal da família	Percepção de classe da entrevistada
Avaliação da posição de classe da entrevistada p/entrevistadora		0,67	0,70	0,71	0,67	0,64
Prestígio da ocupação do marido	0,67		0,70	0,56	0,58	0,49
Nível educacional da entrevistada	0,70	0,70		0,63	0,70	0,55
Nível educacional do marido	0,71	0,56	0,63		0,61	0,51
Renda mensal da família	0,67	0,58	0,70	0,61		0,49
Percepção de classe da entrevistada	0,64	0,49	0,55	0,51	0,49	

consideração tanto a renda como o nível educacional de tais ocupações.¹³

Com base nessa decisão, conseqüentemente, tanto o prestígio da ocupação do marido como o prestígio da ocupação de seu pai foram utilizados para medir mobilidade social.

A mobilidade social intrageração foi medida, nesta pesquisa, pela diferença entre o prestígio da ocupação atual do marido e o prestígio de sua ocupação imediatamente anterior.

A mobilidade social intergeração foi medida pela diferença entre o prestígio da ocupação atual do marido e o prestígio da ocupação de seu pai.

Em ambos os casos, os graus de mobilidade e seus respectivos valores são os seguintes:

TABELA 8: *Graus de Mobilidade e Seus Respectivos Valores*

Dois ou mais graus de mobilidade descendente	1
Um grau de mobilidade descendente	2
Imobilidade	3
Um grau de mobilidade ascendente	4
Dois ou mais graus de mobilidade ascendente	5

A Tabela 9 apresenta a média da mobilidade social intrageração por camada socioeconômica.

TABELA 9: *Mobilidade Social Intrageração Média por Camada Sócio-Econômica*

Camada Socioeconômica	Média da Mobilidade Intrageração	N
Baixa	2,6	45
Média-baixa	3,0	142
Média	3,2	135
Média-alta	3,6	62
Alta	3,5	75
		461

¹³ HUTCHINSON, Bertram. *Op. cit.*, 1966.

A Tabela 9 indica que, na amostra estudada, quanto mais alta a classe social maior é a mobilidade social intrageração ascendente. Ela indica, também, que tanto a camada baixa como a média-baixa perderam *status* ou não se moveram no sistema de estratificação social. Isso quer dizer, em poucas palavras, que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres estão cada vez mais pobres quando se compara o prestígio das ocupações atuais e o prestígio das ocupações imediatamente anteriores da população da cidade de São Paulo.

Deve-se notar, também, que a ligeira mobilidade social intrageração ascendente da camada média (3,2) pode não refletir um aumento de renda real *per capita* desde que, no Brasil, devido à intensa inflação dos últimos dez ou quinze anos, existe uma tendência à inconsistência de *status* na classe média. Essa inconsistência se apresenta por uma discrepância entre o prestígio de certas ocupações típicas dessa classe e os salários de tais ocupações. Evidencia-se, aqui, uma importante discrepância entre a medida de desenvolvimento utilizada por economistas e o que parece ocorrer na realidade. Tanto o prestígio de certas ocupações típicas de classe média como certos mecanismos de mercado (como, por exemplo, a compra de bens de consumo à prestação) em uma economia inflacionária permite que tal classe tenha um acesso a recursos que a simples medida de sua renda não é capaz de refletir. Para uma melhor compreensão do processo de mobilidade social por classe, a amostra foi dividida entre aqueles que apresentam uma mobilidade descendente e uma mobilidade ascendente. Em ambos os casos, inclui-se aqueles que não apresentam mobilidade.

A Tabela 10 apresenta as médias da mobilidade intrageração descendente e ascendente por camada socioeconômica.

TABELA 10: *Mobilidades Intrageração Descendente e Ascendentes Média por Camada Socioeconômica*

Camada Socio-econômica	Mobilidade Descendente	Mobilidade Social Intergerações	Mobilidade Ascendente	N
Baixa	2,6	45	3,0	29
Média-Baixa	2,9	106	3,3	130
Média	2,8	104	3,5	114
Média-Alta	2,9	34	3,7	60
Alta	3,0	52	3,5	76

A Tabela 10 demonstra que, em média, a camada baixa perdeu prestígio ou não ascendeu no sistema de estratificação social. Demonstra, também, que quanto mais alta a camada socioeconômica menor a probabilidade de perda de *status* e maior a probabilidade de mobilidade ascendente.

A Tabela 11 apresenta a média da mobilidade social intergerações por camada socioeconômica.

TABELA 11: *Mobilidade Social Intergerações Médias por Camada Socioeconômica*

Camada Socio-econômica	Mobilidade Social Intergerações	N
Baixa	2,3	45
Média-Baixa	3,0	142
Média	3,5	135
Média-Alta	4,1	62
Alta	3,7	76

A comparação entre o prestígio da ocupação do marido e a de seu pai demonstra que os membros da camada baixa perderam *status* e que os membros da camada média-baixa não se moveram ao passo que os das camadas média, média alta e alta ganharam *status*. Isso significa, portanto, que, à medida que o tempo passa, a probabilidade de um membro da camada baixa ascender no sistema de estratificação social diminui ao passo que a probabilidade de membros das camadas média ou alta ascenderem, aumenta.

Finalmente, a Tabela 12 apresenta as medidas de mobilidade social intergerações descendentes e ascendente por camada socioeconômica.

TABELA 12: *Mobilidade Intergerações Descendente e Ascendente Média por Camada Socioeconômica*

Camada Socio-econômica	Mobilidade Descendente	N	Mobilidade Ascendente	N
Baixa	2,3	42	3,1	23
Média-Baixa	2,2	74	3,7	103
Média	2,0	63	4,5	91
Média-Alta	2,7	28	4,5	53
Alta	2,9	35	3,9	69

Nesta tabela observa-se que a camada baixa tem, de maneira geral, perdido *status* e que os membros dessa camada que não perderam, também, praticamente, não ganharam *status*. Esta tabela indica, por outro lado, que as camadas médias apresentam grandes flutuações, isto é, os que perderam *status*, perderam muito e os que ganharam, ascenderam bastante no sistema de estratificação social. Finalmente, a camada alta praticamente não apresenta casos de perda, mas só de mobilidade ascendente.

Esta tabela confirma, portanto, as tendências das anteriores e nos fornece uma informação adicional sobre a camada média da população. Os dados empíricos apresentados até agora indicam que as camadas mais baixas do sistema de estratificação social em São Paulo apresentam uma tendência a perder *status* apesar do crescimento da economia. O processo de industrialização, portanto, parece não ter oferecido oportunidades de mobilidade social ascendente às camadas baixas da população de São Paulo.

Mas, esses dados são insuficientes, pois, de acordo com os estudiosos do desenvolvimento por industrialização, a grande diferença de oportunidade que ocorre com o processo é a entre a população rural que migra para as cidades e a população de origem urbana. Os dados fornecidos até aqui não levam em consideração essa diferença e, portanto podem estar mascarando os aspectos desenvolvimentistas da industrialização.

Para que fôsse possível o exame dos efeitos da industrialização nos moradores da cidade e nos migrantes rurais, a mesma amostra foi controlada pelo seu *background* rural.

O *background* rural foi definido pela seguinte fórmula:

$$Br = \frac{Im - Ac}{Im}$$

onde Br = *background* rural; Im = idade do marido; Ac = anos vividos na cidade de São Paulo.

Essa fórmula fornece a porcentagem dos anos da vida do marido que foram vividos fora da cidade de São Paulo. Como São Paulo é a área

mais urbanizada e industrializada do Brasil, qualquer outra área em que o indivíduo tenha vivido é mais rural do que São Paulo.¹⁴

A Tabela 13 apresenta as médias da mobilidade social intrageração por camada socioeconômica e pelo *background* rural da amostra.

TABELA 13: *Mobilidade Social Intrageração Média por Camada Socioeconômica e Background Rural*

Camada Socioeconômica	Background Rural				N
	Urbana	Semi-Urbana	Semi-Rural	Rural	
Baixa	2,4	2,8	2,6	2,6	45
Média-Baixa	3,0	3,1	3,0	3,0	142
Média	3,2	3,4	3,2	3,0	135
Média-Alta	3,6	3,7	3,7	3,7	62
Alta	3,4	3,6	3,5	3,5	76

Pode-se observar aqui que não há diferenças substanciais de graus de mobilidade em cada camada social, entre os que são migrantes recentes para a cidade (rural) e os que vivem na cidade durante a maior parte ou durante tôdas as suas vidas (urbanas).

A Tabela 14 apresenta as médias da mobilidade social intergerações por camada socioeconômica e pelo *background* rural.

TABELA 14: *Mobilidade Social Intergerações Média por Camada Socioeconômica e Background Rural*

Camada Socioeconômica	Background Rural				N
	Urbana	Semi-Urbana	Semi-Rural	Rural	
Baixa	2,3	2,2	2,0	2,4	45
Média-Baixa	2,8	2,8	3,2	2,9	142
Média	3,8	3,6	3,4	3,3	135
Média-Alta	4,1	3,7	4,2	4,6	62
Alta	3,7	3,2	4,0	4,2	76

As observações feitas à tabela anterior também se aplicam aqui, isto é, não há grandes diferenças entre graus de mobilidade intergerações

¹⁴ Para uma discussão minuciosa desta medida veja, BERLINCK, Manoel T. *Op. cit.*, 1969.

em cada camada socioeconômica quando se compara os migrantes rurais recentes para a cidade (rural) e os que vivem na cidade a maior parte de suas vidas ou durante tôdas as suas vidas (urbanas).

Pode-se concluir, portanto, que a industrialização e o crescimento econômico ocorridos na cidade de São Paulo não aumentaram as oportunidades de emprêgo e de mobilidade ascendente para o migrante rural quando elas são comparadas com as dos membros urbanos da população.

Esta pesquisa demonstra que o crescimento econômico de São Paulo não favoreceu as camadas baixas da população. Ao contrário, o processo de industrialização, tal como ocorreu nesta área da sociedade brasileira, promoveu uma paulatina perda de *status* socioeconômico para as camadas mais baixas. O crescimento favoreceu, por outro lado, as camadas mais altas.

3. Resumo e conclusões

Neste trabalho, foi feita uma distinção entre crescimento econômico, modernização e desenvolvimento.

Crescimento econômico foi definido como sendo um processo em que ocorre um persistente aumento da renda real de uma economia. Modernização, por sua vez, foi definida como um processo de mudança do comportamento social de uma população onde os novos parâmetros culturais da estrutura são fornecidos pela Revolução Industrial. Finalmente, desenvolvimento significa, aqui, um processo de mudança da divisão do trabalho na base da qual a maioria ou uma parcela substancial da população de uma sociedade passa a se beneficiar (através da melhoria das suas condições de vida) do crescimento econômico ocorrido.

Em seguida realizou-se uma análise do caso brasileiro onde ficou demonstrado que essa sociedade apresenta crescimento e modernização. Quando, entretanto, examina-se a ocorrência de desenvolvimento, no Brasil, verifica-se: a) que ocorre uma nova divisão do trabalho, mas que b) essa nova divisão beneficia *básicamente* as camadas médias e altas da população sem promover substancial melhoria das condições de vida das camadas baixas dêsse mesmo agregado humano.

Quais os motivos dêsse fenômeno? Por que o processo de desenvolvimento não vem favorecendo a camada mais numerosa da sociedade brasileira?

Uma resposta adequada a essas perguntas requereria uma análise cujo escopo vai além dêste trabalho.

Queremos, entretanto, sugerir algumas idéias que talvez possam ser consideradas causas de tal situação.

Acreditamos que a explicação dêsse tipo de desenvolvimento encontra-se nas formas socioeconômicas e nas relações políticas ocorridas a partir de 1930.

De acôrdo com FURTADO e SOARES, a industrialização européia do século dezanove ocorreu através da utilização de uma tecnologia trabalho-intensiva ao passo que a tecnologia adotada pelos países *em vias de desenvolvimento* no século vinte foi (e ainda é) capital-intensiva.¹⁵

A introdução de uma tecnologia capital-intensiva foi institucionalizada, ou, em outras palavras, tornou-se um *processo natural*, pois a escassez de capital nas sociedades subdesenvolvidas gerou a necessidade de importar capital dos países industrializados. Entretanto, capital não é um fator socialmente neutro de produção, pois está sempre ligado à organização da sociedade onde existe. Em consequência, a importação de capital trouxe, também, o tipo de organização formal existente nas sociedades industrializadas. Dessa maneira, a *nova industrialização* foi baseada em grandes corporações que dominam a produção da economia e atingem um alto nível de produtividade sem uma considerável expansão do emprêgo. Como, por outro lado, essas sociedades, ao contrário do que ocorreu na Europa, não se caracterizam por uma escassez de mão-de-obra, criou-se uma situação de subemprêgo crônico do fator trabalho, que se acentuou na medida em que, de um lado, houve um aumento da população e, de outro lado, houve uma crescente *racionalidade* no sistema de produção. Tal situação contribuiu para a crescente concentração de renda que, talvez, pudesse ser evitada se o govêrno tivesse condições para intervir no processo.

¹⁵ DILLON SOARES, Glaucio A. A Nova Industrialização e o Sistema Político Brasileiro, *Dados*, n.º 2, 1967, p. 32 a 50.

Isso não ocorreu, simplesmente, porque o governo sempre refletiu os interesses daqueles que se beneficiaram com a concentração de renda.

A concentração de renda ligada ao monopólio da terra e dos meios de produção (que permitiu a introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra carreando os lucros para os setores mais altos da estrutura social) corresponde a uma estrutura política liberal na forma (República, eleições, autonomia dos Estados, associações de classe, igualdade política dos cidadãos), mas cuja atuação prática e efetiva se traduzia em termos estamentais e oligárquicos. Especificando, formas políticas do período oligárquico como o coronelismo, o voto de cabresto, o nepotismo, relações familiares etc., permaneceram, com uma nova roupagem como o cabo eleitoral, o demagogo paternalista, o cabide, o pelego etc.¹⁶ Além disso, a representação política nos órgãos legislativos do governo era constituída de tal maneira que os setores tradicionais da sociedade tinham um acesso ao poder tão grande ou maior do que o alcançado pelos setores modernizantes.¹⁷ Dessa forma, o governo nunca conseguiu introduzir as mudanças estruturais requeridas pelo processo de crescimento econômico para que houvesse um desenvolvimento maior na sociedade.¹⁸

Finalmente, o próprio crescimento econômico aumentado pela importação de indústrias dos países desenvolvidos parece constituir-se em mecanismo de concentração de renda e provocador da escassez de capital.¹⁹

Tal situação, além de gerar tensões sociais que representem negativamente na dinâmica da sociedade, provoca um aumento relativamente

¹⁶ LEEDS, Anthony. Brazilian Careers and Social Structure — a Case History and Model in HEATH, Dwight B. & ADAMS, Richard N. (eds.). *Contemporary Cultures and Societies of Latin America*, Nova Iorque, Random House, 1965, p. 379 a 404. BRANDÃO LOPES, Juarez R. Some Basic Developments in Brazilian Politics and Society, in BAKLAROFF, Eric N. (ed.). *New Perspective of Brazil*, Nashville, Vanderbilt University Press, 1966, p. 59 a 77.

¹⁷ FURTADO, Celso. Political Obstacles to the Economic Development of Brazil in VELIZ, Claudio (ed.). *Obstacles to Change in Latin America*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1965, p. 145 a 161.

¹⁸ Para uma análise da política de compromisso durante o período 1930-1964 veja DULES, John W. F. *Vargas of Brazil: A Political Biography*, Austin, University of Texas Press, 1967. Veja WEFFORT, Francisco C. Raízes Sociais do Populismo em São Paulo, *Revista Civilização Brasileira*, Ano 1, n.º 2, maio de 1965, p. 39 a 60. WEFFORT, Francisco C. *Classes Populares e Política: Contribuição ao Estudo do Populismo*, São Paulo, 1968, Mimeografado. IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, S.A., 1968.

¹⁹ MAGDOFF, Harry. Economic Aspects of H. S. Imperialism, *Monthly Review*, vol. 18, n.º 6, novembro de 1966, p. 2 a 31.

pequeno na demanda de bens que, por sua vez, provoca crises setoriais na economia.²⁰

A resolução de tais problemas requer medidas cada vez mais drásticas que, se não forem adotadas a curto prazo, simplesmente garantirão ao Brasil um *status* de país subdesenvolvido e um estado de tensão social que pode vir a ser incontrolável.

²⁰ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, 1966.